



BUSINESS & HUMAN RIGHTS+



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

www.cddmoz.org

Quinta-feira, 09 de Abril de 2026 | Ano VI, n.º 56 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Jornalistas e defensores de direitos humanos reforçam capacidades sobre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado

- Vinte e três jornalistas e defensores de direitos humanos provenientes dos distritos de Balama, Montepuez e da cidade de Pemba participaram, no dia 10 de Fevereiro de 2026, na cidade de Pemba, numa formação sobre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos (VPSHR). A iniciativa, teve como objectivo reforçar as capacidades técnicas, analíticas e estratégicas destes actores para compreender, monitorar e promover a implementação dos VPSHR no contexto da indústria extractiva em Cabo Delgado.



Num contexto marcado pela presença simultânea de conflito armado, expansão da indústria extractiva e fragilidades institucionais persistentes, o papel dos jornalistas e dos defensores de direitos humanos assume uma importância estratégica para a promoção da transparência e da responsabilização. Estes actores desempenham uma função essencial na recolha, verificação e divulgação de informação sobre dinâmicas que frequentemente permanecem pouco visíveis no espaço público, incluindo alegadas violações de direitos humanos associadas a operações de segurança e actividades extractivas. Ao documentarem factos, darem voz às comunidades afectadas e promoverem debate pú-

blico informado, jornalistas e defensores contribuem para reduzir assimetrias de informação e para fortalecer mecanismos de escrutínio sobre a actuação do Estado, das empresas e das forças de segurança.

O seu trabalho de monitoria independente contribui para identificar riscos, prevenir abusos e estimular práticas institucionais mais alinhadas com o respeito pelos direitos humanos. Ao produzir informação rigorosa e baseada em evidências, estes profissionais ajudam a consolidar um ambiente de maior integridade, reforçando o debate público e incentivando políticas e práticas que conciliem segurança, desenvolvimento económico e respeito pelos direitos humanos.

Princípios Voluntários e monitoria de direitos humanos em contextos de conflito e extractivismo

A formação foi conduzida através de uma metodologia participativa que combinou apresentações técnicas, análise de casos concretos, debates e exer-

cícios práticos, de modo a permitir aos participantes relacionar os conteúdos discutidos com as suas experiências no terreno.



As sessões centraram-se na análise do contexto de segurança, direitos humanos e indústria extractiva em Cabo Delgado. Foram discutidos os principais desafios associados à presença de projectos extractivos em áreas afectadas pelo conflito armado, bem

como as tensões frequentemente registadas entre comunidades locais, empresas extractivas, mineiros artesanais e forças de segurança. Os participantes reflectiram igualmente sobre os riscos que estas dinâmicas representam para o exercício do jornalismo e

para a actuação de defensores de direitos humanos.

A formação incluiu também uma introdução detalhada aos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos, com particular enfoque nos seus três pilares fundamentais: avaliação de riscos, relações com forças de segurança públicas e relações com forças de segurança privadas. Foram discutidas as responsabilidades diferenciadas do Estado, das empresas e das forças de segurança na prevenção de abusos e na promoção de práticas de segurança alinhadas com os direitos humanos.

Um dos momentos centrais da formação foi dedicado à análise de estudos de caso relacionados com alegadas violações de direitos humanos no contexto da indústria extractiva em Cabo Delgado. A sessão, permitiu aos participantes discutir situações concretas envolvendo comunidades locais, empresas extractivas, mineração artesanal e forças de segurança. A análise destes casos possibilitou uma reflexão aprofundada sobre os riscos, os direitos envolvidos e as possíveis respostas baseadas

nos princípios e orientações dos VPSHR.

Outra componente incidiu sobre metodologias práticas de monitoria e documentação de violações de direitos humanos. Os participantes foram introduzidos a técnicas de recolha e verificação de informação, princípios éticos e de segurança no exercício do jornalismo, estratégias de protecção de fontes e medidas de gestão de riscos físicos e digitais. Foi igualmente sublinhada a importância de uma abordagem responsável, rigorosa e baseada em evidências na cobertura de temas sensíveis relacionados com segurança e direitos humanos.

A sessão final abordou a importância da advocacia colectiva e do fortalecimento de redes de colaboração entre jornalistas e defensores de direitos humanos. Foi destacada a relevância de mecanismos de solidariedade e protecção, incluindo a participação activa em plataformas como a Rede Moçambicana de Defensores de Direitos Humanos, como forma de reforçar a segurança e a eficácia da acção destes actores.

Principais constatações e acções de seguimento

A formação ajudou a identificar várias constatações sobre o contexto de actuação dos jornalistas e defensores de direitos humanos em Cabo Delgado. Em primeiro lugar, verificou-se que o conhecimento sobre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos ainda é limitado entre muitos profissionais da comunicação social e actores da sociedade civil que actuam na província.

Em segundo lugar, os participantes destacaram que enfrentam riscos significativos no exercício das suas actividades, incluindo pressões institucionais, limitações no acesso à informação e preocupações relacionadas com a sua segurança pessoal, particularmente quando investigam temas ligados à segurança, ao conflito armado e às actividades extractivas.

As discussões mostraram também a necessidade de reforçar competências técnicas relacionadas com monitoria, documentação e verificação de informação, de modo a garantir que os processos de denúncia e advocacia sejam baseados em evidências sólidas e metodologias rigorosas.

Apesar destes desafios, os participantes demonstraram forte interesse em fortalecer redes de co-

laboração e mecanismos de apoio mútuo entre jornalistas e defensores de direitos humanos. Foi reconhecida, igualmente, a utilidade dos VPSHR como ferramenta prática de monitoria, análise e advocacia no contexto da indústria extractiva.

Como acções de seguimento, destacam-se: a importância de aplicar os conhecimentos adquiridos no trabalho de campo, fortalecer a coordenação entre jornalistas e defensores de direitos humanos, promover a integração dos participantes em redes de protecção e continuar iniciativas de capacitação. Estas acções poderão contribuir para uma cobertura mais informada, responsável e segura das questões relacionadas com segurança e direitos humanos em Cabo Delgado, o que ajudará a reforçar os mecanismos de transparência e responsabilização na província.

Esta formação foi organizada no âmbito da iniciativa sobre os VPSHR em Moçambique, implementada pelo CDD, em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR) e o Centro de Genebra para a Governança do Sector da Segurança (DCAF), com o apoio dos Governos do Reino Unido e da Suíça.





MISSÃO:
Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:
Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

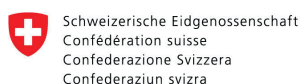
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autores: Abdul Tavares e Gabriel Manguela
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



UNIÃO EUROPEIA